



DESENVOLVIMENTO RURAL DE BAIXA EMISSÃO (DRBE) EM RESUMO

- Mais novo estado brasileiro, localizado na região hidrográfica do Tocantins-Araguaia (maior bacia hidrográfica situada inteiramente dentro do território brasileiro)
- Composto pelos biomas Amazônia (13%) e Cerrado (87%), cada um com políticas e governança ambientais distintas
- Parte da região MATOPIBA do nordeste do Brasil: a fronteira agrícola do Cerrado abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
- Agricultura e agropecuária representam a maior parte do uso da terra; proprietários privados ativos nos setores de soja e pecuária influenciam políticas locais e nacionais
- 2008-2017: 947.287 ha de floresta natural convertidos em áreas de soja e pecuária
- 3º estado do ranking em termos do número de contratos no âmbito do Plano Nacional de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), com 784 contratos (assinados em 2018-2019) totalizando aproximadamente 44 milhões de dólares

DESTAQUE EM INOVAÇÃO

O Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS) é o programa guarda-chuva de Tocantins de oferta de empréstimos para apoiar várias secretarias e políticas estaduais. Desde o início do projeto em 2012, o Banco Mundial previu que o empréstimo de US\$ 300 milhões beneficiaria diretamente 300.000 pessoas em 72 municípios – com o objetivo de enfrentar alguns dos desafios que o Tocantins possui como um estado relativamente novo. Financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e implementado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento (SEFAZ), o PDRIS visa melhorar a infraestrutura de transporte e apoiar o desenvolvimento equilibrado em todo o estado, e não concentrado em determinadas áreas. Para cumprir esses objetivos, o PDRIS cria oportunidades de emprego e promove atividades que fortalecem a educação ambiental em todo o estado. O PDRIS oferece empréstimos a diferentes secretarias estaduais (ex.:

MOTORES DE DESMATAMENTO

- Pecuária de larga escala
- Pecuária de pequena escala
- Agricultura de larga escala
- Agricultura de pequena escala
- Incêndios
- Infraestrutura de transporte
- Desmatamento ilegal de pequena escala
- Mineração e produção de carvão vegetal de pequena escala

MÉDIA ANUAL DE EMISSÕES DE DESMATAMENTO

0,56 Mt CO₂ (2010-2015)
Inclui biomassa aérea, biomassa subterrânea e liteira

ÁREA

277.721 km²

POPULAÇÃO

1.573.984 (2018)

IDH

69,90 (2010)

PIB

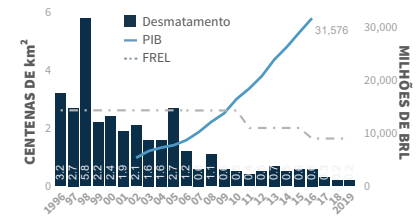
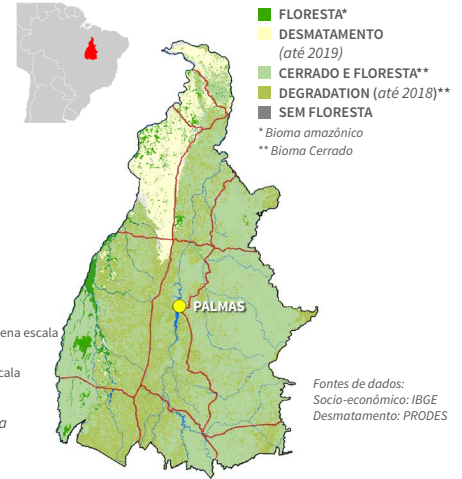
US\$ 7,94 billion (2015, ano-base 2010)

GINI

0.504 (2015)

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

- Serviços públicos
- Comércio
- Serviços



SEMARH, SEAGRO, SEPLAN) para que desenvolvam programas relevantes aos seus respectivos escopos de trabalho. Por exemplo, o PDRIS contribuiu para o desenvolvimento e atualização de políticas ambientais estaduais, incluindo a SCCL e a futura política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). O PDRIS também inclui um Plano para Povos Indígenas (PPI), que regulamenta avaliações de impacto socioambiental e planos de monitoramento e avaliação de projetos que afetam povos indígenas em comunidades selecionadas. Os fundos do PDRIS também apoiaram o desenvolvimento do programa jurisdiccional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+) e um sistema estadual de Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV), incluindo inventários florestais alinhados com o nível de referência de emissões florestais, linha de base proposta e cenários de compartilhamento de benefícios do Cerrado brasileiro.

LINHA DO TEMPO DE EVENTOS IMPORTANTES

Expansão inicial do setor agrícola, após histórico de domínio da indústria de extração (principalmente mineração de ouro)

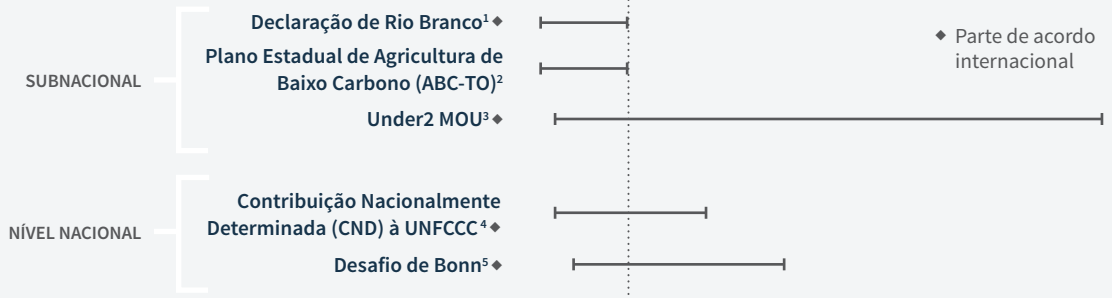
- Criação do Estado do Tocantins após separação do Estado de Goiás
- Criação do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Tocantins (COEMA)
- Política Estadual de Florestas promulgada: definição de reservas legais em terras privadas e delineamento de áreas protegidas

- Criação da Política Estadual de Recursos Hídricos
- Criação do Imposto Sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS Ecológico)
- Estabelecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC)
- Criação do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas (FEMC)
- Promulgação da Lei Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (SCCL)

- Estabelecimento do Plano Estadual de Recursos Hídricos
- Adesão à Força Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas
- Criação do Fórum e Grupo de Trabalho de Pecuária Sustentável do Tocantins
- Desenvolvimento do sistema online automatizado para licenciamento de atividades ambientais de baixo impacto (Simplifica Verde)

COMPROMISSOS

1 Reduzir o desmatamento 80% abaixo da base de referência. 2 AEvitar 8,5-10,5 milhões de toneladas de emissão de CO₂ a partir de atividades agrícolas. 3 Limitar emissões 80-95% abaixo dos níveis de 1990 [reduzir o desmatamento anual no Cerrado 40% abaixo da média de 1999-2008 até 2020, zero desmatamento ilegal até 2050]. 4 Reduzir as emissões de GEE 37% abaixo do nível de 2005. 5 Contribuir com a meta nacional: restaurar 12 milhões de hectares de terras desmatadas.



INTERVENÇÕES-CHAVE



1 Fundo Amazônia, 2 Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), 3 Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), 4 NICFI-UNDP/GCF-TF, 5 Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura (SEAGRO), 6 Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável (IDESAM), 7 Tesouro Estadual, 8 Ministério da Agricultura (MAPA), 9 Embrapa

PROGRESSO RUMO À SUSTENTABILIDADE JURISDICCIONAL

○ RECENTE ● INTERMEDIÁRIO ● AVANÇADO

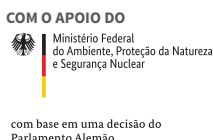
Estratégia integrada de DRBE	○	<ul style="list-style-type: none"> O programa jurisdiccional de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação florestal (REDD+) (em desenvolvimento) abrangerá os biomas Amazônia e Cerrado, e alinhará metas e políticas estaduais, incluindo requisitos técnicos e políticos nacionais e internacionais PPCDQ-TO abrange as regiões do Cerrado e Amazônia, mas os recursos estão disponíveis no nível do projeto, e não no nível jurisdiccional
Plano espacial	●	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) promulgado (2012) como microzoneamento; um ZEE detalhado está nos estágios finais de desenvolvimento e revisão, e determinará investimentos em áreas degradadas O reconhecimento dos direitos e territórios dos povos indígenas e da comunidade local (CL) descritos no ZEE pode se tornar lei após a publicação do ZEE 107,13% da área de propriedade que requer registro já estão registrados no CAR, ultrapassando os 100% devido à sobreposição de cadastros declarados em áreas privadas e também algumas entre terras quilombolas reconhecidas e propriedades privadas com título
Metas de desempenho	○	<ul style="list-style-type: none"> PPCDQ-TO define metas de redução de desmatamento para a Amazônia (75-80%) e Cerrado (zero desmatamento ilegal); no entanto, as metas não têm prazo (portanto, é difícil monitorar o progresso) Grupo de Trabalho Governamental criado para propor metas de DRBE por meio de diálogos com vários atores, a ser convocado em 2021
Monitoramento, Relatório e Verificação (MRV)	●	<ul style="list-style-type: none"> Dados nacionais de desmatamento da Amazônia disponíveis ao público (PRODES e DETER); ferramenta PRODES-Cerrado do INPE monitora a conversão do Cerrado para outros usos (anual) Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (CIGMA) instituído por portaria da SEMARH nº 15 de 2014 e está em fase de desenvolvimento
Políticas e incentivos	●	<ul style="list-style-type: none"> SCCL estabelece objetivos e diretrizes para reduzir as emissões de carbono, incluindo instrumentos econômicos para promover o desenvolvimento sustentável A lei nº 3.179/2017 institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e ao Uso da Energia Solar – Pró-Solar, que tem como finalidade aproveitar o potencial do Tocantins e racionalizar o consumo de energia elétrica. Apesar da quantidade relativamente alta de contratos de financiamento rural através do ABC-TO, não existe um sistema para monitorar reduções de emissões
Governança multi-atores	●	<ul style="list-style-type: none"> COEMA convoca atores federais, estaduais e da sociedade civil para aprovar e monitorar todas as políticas ambientais estaduais; reúne-se regularmente e publica minutas on-line FEMC inicia processo de consulta para definição de metas Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) reúne atores federais, estaduais e da sociedade civil para aprovar e monitorar a política estadual de recursos hídricos e seus instrumentos (ex.: comitês de bacias hidrográficas como ferramenta de gestão descentralizada)
Agricultura sustentável	●	<ul style="list-style-type: none"> Soja e carne bovina do Tocantins apresentam alto risco de desmatamento (legal e ilegal) – risco de reputação para empresas compradoras de commodities Desenvolvimento da indústria da aquicultura (a produção aumentou 177% entre 2010-2017) visa aumentar a produção de proteínas de baixa emissão em áreas e corpos de água já degradados, reduzindo a pressão pela expansão do gado Projeto Campo Sustentável promove sistemas integrados de produção agroflorestal
Povos indígenas e comunidades locais	○	<ul style="list-style-type: none"> Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) é conduzido irregularmente nos processos de licenciamento, criando conflitos entre povos indígenas, setores agrícolas públicos e produtivos Quase todos os 12 territórios indígenas do estado têm título; no entanto, os conflitos de posse da terra persistem
Financiamento do DRBE	●	<ul style="list-style-type: none"> Programa Pró-Solar oferece incentivos econômicos (ex.: isenção de impostos) à sociedade civil, municípios e investidores para geração e uso de energia solar Em 2018, 135 dos 139 municípios do estado receberam benefícios através do ICMS Ecológico por desempenho ambiental positivo

CITA | M. de los Rios, A.C. Crisostomo, O. David, C. Stickler. 2020. "Tocantins, Brasil" em C. Stickler et al. (Eds.), O Estado de Sustentabilidade Jurisdiccional. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonésia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.

REFERÊNCIAS COMPLETES E FONTES DE DADOS FORNECIDAS EM www.earthinnovation.org/state-of-jurisdictional-sustainability

2020/12/30

EQUIPE TÉCNICA



com base em uma decisão do Parlamento Alemão

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

DESAFIOS

- A rotatividade administrativa frequente afeta a continuidade de políticas e programas
- Pressão política dos produtores e compradores de commodities para expandir as áreas de agricultura e pecuária sem planejamento territorial para controlar e regular a expansão
- Mesmo com incentivos (ex.: ICMS-Ecológico), os municípios enfrentam dificuldades para estabelecer políticas ambientais fortes devido a capacidade técnica inadequada e/ou prioridades conflitantes
- Apesar do alto número de contratos de financiamento rural, as altas taxas de juros, a assistência técnica insuficiente e os requisitos bancários rígidos dificultam o acesso do produtor

OPORTUNIDADES

- SCCL está sendo revisada para acomodar mecanismos de PSA e REDD+
- A Política Estadual de Mudança Climática e Serviços Ambientais, em processo de aprovação legislativa, implementará um sistema estadual de PSA, incluindo um programa jurisdiccional de REDD+
- Setor de energia renovável com potencial para atingir as metas de redução identificadas (Atlas Solarimétrico do Tocantins)
- A implementação de compromissos de zero desmatamento ilegal pode mitigar os riscos de reputação para as empresas fornecedoras
- O Estado de Tocantins está colaborando com outros estados do MATOPIBA para desenvolver uma estratégia regional de desenvolvimento sustentável